

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	58
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	59
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	357.547.216
Preferenciais	357.547.216
Total	715.094.432
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	3.226.453	2.898.526
1.01	Ativo Circulante	597.493	406.682
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.427	2.895
1.01.02	Aplicações Financeiras	230.486	90.800
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	230.486	90.800
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	230.486	90.800
1.01.03	Contas a Receber	312.517	261.843
1.01.03.01	Clientes	195.317	186.831
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	117.200	75.012
1.01.03.02.01	Impostos e contribuições antecipados/recuperar	95.927	60.019
1.01.03.02.02	Outros	21.273	14.993
1.01.04	Estoques	41.250	43.144
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.813	8.000
1.01.08.03	Outros	7.813	8.000
1.02	Ativo Não Circulante	2.628.960	2.491.844
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	225.561	186.507
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	44.357	23.372
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	44.357	23.372
1.02.01.03	Contas a Receber	16.711	15.466
1.02.01.03.01	Clientes	16.711	15.466
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	164.493	147.669
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	87.721	77.361
1.02.01.09.04	Ativo Fiscal Diferido	36.777	38.583
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro	39.995	31.725
1.02.02	Investimentos	304	304
1.02.02.01	Participações Societárias	304	304
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	304	304
1.02.03	Imobilizado	961.981	849.717
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	58.715	35.916
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	903.266	813.801
1.02.04	Intangível	1.441.114	1.455.316
1.02.04.01	Intangíveis	1.441.114	1.455.316

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	3.226.453	2.898.526
2.01	Passivo Circulante	425.878	256.900
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	69.592	47.194
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.679	11.858
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	51.913	35.336
2.01.02	Fornecedores	44.360	53.206
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	44.360	53.206
2.01.03	Obrigações Fiscais	86.971	51.273
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	86.579	50.495
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	63.401	28.290
2.01.03.01.02	REFIS	13.878	12.796
2.01.03.01.03	COFINS	6.861	6.297
2.01.03.01.04	Outros	2.439	3.112
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	392	778
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	168.823	41.103
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	168.823	41.103
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	127.855	31.233
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	40.968	9.870
2.01.05	Outras Obrigações	49.845	55.373
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	24.359	30.462
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	24.359	30.462
2.01.05.02	Outros	25.486	24.911
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.185	13.800
2.01.05.02.04	Participações Estatutárias	26	26
2.01.05.02.05	Crédito rotativo Banco do Brasil	10.015	9.823
2.01.05.02.06	Outros	1.260	1.262
2.01.06	Provisões	6.287	8.751
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.287	8.751
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	6.287	8.751
2.02	Passivo Não Circulante	1.382.861	1.302.565
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	991.855	897.973
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	991.855	897.973
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	581.620	669.284
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	410.235	228.689
2.02.02	Outras Obrigações	124.274	132.623
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	61.053	62.613
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	61.053	62.613
2.02.02.02	Outros	63.221	70.010
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	44.285	51.074
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.853	18.853
2.02.02.02.05	Outros	83	83
2.02.03	Tributos Diferidos	184.015	188.319
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	184.015	188.319
2.02.04	Provisões	82.717	83.650
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	82.717	83.650
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	128	128

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.545	29.533
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	20.929	10.145
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	41.115	43.844
2.03	Patrimônio Líquido	1.417.714	1.339.061
2.03.01	Capital Social Realizado	842.267	842.267
2.03.02	Reservas de Capital	45.887	45.887
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	45.887	45.887
2.03.03	Reservas de Reavaliação	92.593	94.415
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	92.593	94.415
2.03.04	Reservas de Lucros	187.139	187.139
2.03.04.01	Reserva Legal	11.931	11.931
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	175.208	175.208
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	76.110	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	173.718	169.353

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	255.000	753.909	228.757	672.519
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-115.467	-332.742	-110.126	-303.656
3.03	Resultado Bruto	139.533	421.167	118.631	368.863
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-80.565	-259.622	-110.599	-241.642
3.04.01	Despesas com Vendas	-23.520	-69.036	-22.943	-63.656
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-59.498	-193.592	-68.520	-188.297
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.756	5.915	2.237	40.732
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	697	-2.909	-21.373	-30.421
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	58.968	161.545	8.032	127.221
3.06	Resultado Financeiro	-19.130	-56.043	-21.659	-96.990
3.06.01	Receitas Financeiras	4.680	21.060	3.420	15.924
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.810	-77.103	-25.079	-112.914
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	39.838	105.502	-13.627	30.231
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.409	-32.613	6.903	-6.044
3.08.01	Corrente	-13.352	-35.111	-1.775	-18.277
3.08.02	Diferido	943	2.498	8.678	12.233
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.429	72.889	-6.724	24.187
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.429	72.889	-6.724	24.187
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03653	0,09707	-0,11920	0,02924
3.99.01.02	PN	0,04019	0,10678	-0,01312	0,03216

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	27.429	72.889	-6.724	24.187
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.429	72.889	-6.724	24.187

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	91.867	-54.576
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	63.159	-432
6.01.01.01	Contas a Receber de Clientes	-9.730	-24.619
6.01.01.02	Lucro / Prejuízo do Exercício	72.889	24.187
6.01.03	Outros	28.708	-54.144
6.01.03.01	Amortizações e Depreciações	57.640	16.601
6.01.03.02	Alienação do Imobilizado	329	897
6.01.03.03	Provisão para Contingências	-11.717	25.087
6.01.03.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.498	-12.205
6.01.03.05	Dividendos a Distribuir	385	0
6.01.03.06	Estoques	1.895	-13.708
6.01.03.07	Impostos e Contribuições a Recolher	28.909	14.725
6.01.03.08	Salários e Encargos	22.398	5.987
6.01.03.09	Contas a Pagar de Fornecedores	-8.847	-6.087
6.01.03.10	Ativo Financeiro	-8.271	-50
6.01.03.11	Depósitos Judiciais	-10.360	-2.570
6.01.03.12	Partes Relacionadas	-7.475	-8.349
6.01.03.13	Impostos e Contribuições a Recuperar	-35.909	-18.478
6.01.03.14	Convênios com Prefeituras	1	-222
6.01.03.15	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	-6.117	-6.497
6.01.03.16	Plano Previdenciário	14.436	-34.395
6.01.03.17	Cartão Corporativo - Banco do Brasil e Cheque Especial Caixa Economica Federal	192	-4.673
6.01.03.18	Outros	-6.283	-10.207
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-316.701	-159.103
6.02.01	Adições do Imobilizado e Intangível	-164.301	-184.232
6.02.02	Retorno Imobilizado / Intangível devido a Municipalização	0	-62
6.02.04	Aplicações Financeiras	-160.671	25.191
6.02.05	Baixa de Imobilização e Intangível devido Municipalização	8.271	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	227.366	118.821
6.03.01	Financiamentos Obtidos	243.193	124.134
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-21.591	-52.843
6.03.05	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	38.684
6.03.10	Parcelamento Penha / Piçarras	0	7.707
6.03.11	Outros Ajustes	372	1.139
6.03.12	Precatório da União Fazendo Nacional	5.392	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.532	-94.858
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.895	107.465
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.427	12.607

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.267	221.095	11.931	0	263.768	1.339.061
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.267	221.095	11.931	0	263.768	1.339.061
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.889	0	72.889
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.889	0	72.889
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.221	2.543	5.764
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	2.749	-2.749	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-4.342	4.342	0
5.06.07	Outros Ajustes	0	0	0	-578	950	372
5.06.08	Precatório da União Fazendo Nacional	0	0	0	5.392	0	5.392
5.07	Saldos Finais	842.267	221.095	11.931	76.110	266.311	1.417.714

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.267	63.692	142.218	0	230.646	1.278.823
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.267	63.692	142.218	0	230.646	1.278.823
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.187	0	24.187
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.187	0	24.187
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.827	39.703	47.530
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.678	-3.678	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-4.697	4.697	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	0	38.684	38.684
5.06.06	Parcelamento Penha/Piçarras	0	0	0	7.707	0	7.707
5.06.07	Transf. Saida do municipio de Graval	0	0	0	1.139	0	1.139
5.07	Saldos Finais	842.267	63.692	142.218	32.014	270.349	1.350.540

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	815.814	738.254
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	831.808	741.685
7.01.02	Outras Receitas	3.006	10.311
7.01.02.01	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	3.006	10.311
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19.000	-13.742
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-247.848	-242.305
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-93.038	-93.184
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-149.027	-136.820
7.02.04	Outros	-5.783	-12.301
7.03	Valor Adicionado Bruto	567.966	495.949
7.04	Retenções	-54.951	-51.418
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54.951	-51.418
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	513.015	444.531
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.060	15.924
7.06.02	Receitas Financeiras	21.060	15.924
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	534.075	460.455
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	534.075	460.455
7.08.01	Pessoal	226.506	203.328
7.08.01.01	Remuneração Direta	163.433	109.761
7.08.01.02	Benefícios	50.848	79.867
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.328	11.978
7.08.01.04	Outros	-103	1.722
7.08.01.04.01	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	-103	1.722
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	157.577	120.026
7.08.02.01	Federais	156.528	119.204
7.08.02.02	Estaduais	1.049	821
7.08.02.03	Municipais	0	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.103	112.914
7.08.03.01	Juros	73.339	112.193
7.08.03.03	Outras	3.764	721
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	628	694
7.08.03.03.02	Outras Despesas Financeiras	248	22
7.08.03.03.03	Multas e Acréscimos Moratórios	2.888	5
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.889	24.187
7.08.04.02	Dividendos	72.889	24.187

Comentário do Desempenho

1- INTRODUÇÃO

No terceiro trimestre de 2017, apesar das dificuldades econômico-financeiras de nosso estado e do país, a atual diretoria da CASAN envidou todos os esforços com o objetivo de sanear a Companhia e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida da população catarinense.

Além das obras de implantação/ampliação e melhorias operacionais nos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, vem implementando uma série de atividades visando o mercado competitivo.

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Discriminação	Set/17	Dez/16	incremento
Ligações de Água	783.485	775.330	8.155
Ligações de Esgoto	86.428	82.348	4.080
Economias de Água	1.125.547	1.107.387	18.160
Economias de Esgoto	239.243	229.346	9.897
Pop. Abast. c/Água	2.764.359	2.734.949	29.410
Índice de Abast. de Água (%)	98,86%	98,30%	0,56%
Pop. Atendida c/Esgoto	589.665	563.219	26.446
Índice de Abast. de Esgoto (%)	21,16%	20,23%	0,93%
Localidades Abastecidas c/Água	330	330	-
Localidades Abastecidas c/Esgoto	28	28	-
Número de Empregados	2.645	2.622	23
Ligações (A+E) Empregados	328,89	325,92	3
Desp. Pessoal/Receita operacional	32,63%	32,51%	0,12%

3. INVESTIMENTOS

A preocupação com o atendimento à população do Estado, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários levou a Companhia a investir no 3º trimestre em infra-estrutura o montante de R\$164,3 milhões.

4. ANÁLISE DO DESEMPENHO DO TRIMESTRE

ATIVO E PASSIVO

Ativo Circulante

Apresentou um acréscimo de 46,9% em relação a 31 de dezembro de 2016, ocasionado pelo aumento de 153,84% na conta Títulos e valores mobiliários

Ativo não Circulante - Investimentos

O acréscimo de R\$137,1 milhões verificado no intangível em relação a 31 de dezembro de 2016 foi decorrente dos investimentos realizados em obras nos sistemas de água e coleta e tratamento de esgotos sanitários e no imobilizado.

Passivo Circulante

Um acréscimo total de 65,78% em relação a 31 de dezembro de 2016 teve como destaque a conta de Empréstimos e Financiamentos, com acréscimo de 310,73%.

Passivo não Circulante

O acréscimo de 6,16% verificado no exigível de longo prazo da CASAN, em relação a 31 de dezembro de 2016, foi proveniente das contas de Plano previdenciário e assistencial, Provisão para contingências e na conta Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Comentário do Desempenho

RESULTADO

Custos dos Serviços Prestados

O acréscimo de 9,58% nos custos de operação e manutenção, verificado no 3º trimestre de 2017 em relação a igual período do ano anterior foi proveniente das Despesas de Pessoal, material de manutenção e operação e materiais de laboratórios.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas no 3º trimestre de 2017 apresentaram um aumento de 8,45% em comparação com igual período do ano anterior, ocasionado pelas provisões para devedores duvidosos e perdas de créditos a receber.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas no 3º trimestre de 2017 registraram um acréscimo de 2,81% especificamente nas contas de Despesas com Pessoal e Taxa de Fiscalização/Regularização.

Despesas Financeiras

O decréscimo de 31,72% nas despesas financeiras do 3º trimestre em comparação com o trimestre do ano anterior foram decorrentes de liquidações de empréstimos.

Receitas Financeiras

O acréscimo de 32,25% nas Receitas Financeiras no 3º trimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior, foi decorrente ao rendimento do fundo de investimento.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- a) Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;
- b) Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- c) Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- d) Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- e) Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- f) Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- g) A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- h) Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica;
- i) Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares, e;
- j) Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que trinta e dois municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia operava serviços de água e esgoto em 198 municípios sendo 197 no Estado de Santa Catarina, e 01 município no Estado do Paraná (198 municípios, e sendo 01 município no Estado do Paraná em 31 de dezembro de 2016). Atua nesses municípios mediante contrato de concessão ou contratos de programa, sendo que a maioria destes apresenta prazo de duração de 30 anos.

A Companhia possui até a presente data 24 (vinte e quatro) Contratos de Programa assinados com os Municípios de Balneário Barra do sul, Barra Velha, Balneário Piçarras, Biguaçu, Braço do Norte, Canoinhas, Caçador, Chapecó, Correia Pinto, Criciúma, Curitibanos, Dionísio Cerqueira, Forquilha, Florianópolis, Garopaba, Ibirama, Indaial, Itá, Laguna, Lauro Muller, Otacílio Costa, Rio do Sul, Xaxim e Piratuba, estando em fase de negociação com os demais, conforme determina a Lei 11.445/07.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

Dos 198 municípios, 178 encontram-se com o contratos de concessão vigentes, 15 com os contratos de concessão vencidos e 05 sem convênios, onde a Companhia atua como interveniente do contrato entre o Governo do Estado de Santa Catarina. Os municípios e distritos cujos contratos estão vigentes, distribuem-se pelo ano de vencimento dos contratos conforme relação abaixo:

Ano de vencimento	Número de municípios	Ano de vencimento	Número de municípios
2017	1	2035	4
2018	2	2036	19
2019	3	2037	0
2020	3	2038	2
2021	5	2039	4
2022	6	2040	5
2023	8	2041	3
2024	9	2042	12
2025	3	2043	11
2026	3	2044	6
2027	2	2045	4
2028	13	2046	10
2029	6	2047	1
2030	13	2056	2
2031	3	2065	2
2032	4	2066	1
2033	0	2081	1
2034	7		
Total de Municípios 178			

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foram autorizadas pela Administração da Companhia em 13 de novembro de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

b.1. os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

b.2. os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

b.3. o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 13 - Ativo fiscal diferido

Nota 14 - Imobilizado e Intangível

Nota 19 - Provisão para contingências

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

b. Instrumentos financeiros

b.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

b.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

b.3. Capital Social

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são baixados no resultado.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

Notas Explicativas
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável - *Impairment*Ativos financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Notas Explicativas**COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN**
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto à qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou “UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente, tratam-se dos escritórios localizados nas agências da Companhia.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI - Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

m. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

n. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;
- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;
- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de “incentivos” de clientes, ligações clandestinas;
- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inadequada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 30 de setembro de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- b. Aplicações financeiras - são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

- c. Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;
- d. Contas a Receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;
- e. Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira - coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro 2017 e dezembro de 2016 são como segue:

	30 de Setembro de 2017 Contábil	30 de Setembro de 2017 Mercado	31 de dezembro de 2016 Contábil	31 de dezembro de 2016 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	5.427	5.427	2.895	2.895
Títulos e Valores Mobiliários	274.843	274.843	114.172	114.172
Contas a Receber (líquido de PDD)	212.028	212.028	202.297	202.297
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(709.475)	(709.475)	(700.517)	(700.517)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(451.203)	(451.203)	(238.559)	(238.559)

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Após avaliação interna da Companhia, não foi necessário constituir provisão para *impairment* em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Entretanto, para o exercício de 2017, em atendimento ao requerido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC e Resolução n.º 064 de 08 de julho de 2016, a Companhia procederá a contratação de empresa especializada para execução dos testes e avaliações acima descritos.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 30 de setembro de 2017 são as seguintes:

	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Total na demonstração de resultado</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	684.134	147.674	831.808
Deduções da receita bruta	<u>(64.087)</u>	<u>(13.812)</u>	<u>(77.899)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	620.047	133.862	753.909
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			<u>(275.732)</u>
Lucro bruto			478.177
Depreciação e amortização total			(54.951)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(264.687)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			<u>3.007</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			<u><u>161.546</u></u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 30 de setembro de 2016 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	619.953	124.732	741.685
Deduções da receita bruta	<u>(57.527)</u>	<u>(11.639)</u>	<u>(69.166)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	562.426	113.093	672.519
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			<u>(303.656)</u>
Lucro bruto			368.863
Depreciação e amortização			(51.419)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(206.026)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			<u>15.348</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos			<u><u>126.766</u></u>

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Imobilizado	58.715	35.916
Obras em andamento	903.266	813.801
Ativo intangível	1.441.114	1.435.405
Intangível em andamento	<u>-</u>	<u>19.911</u>
Ativos dos segmentos reportados	<u>2.403.095</u>	<u>2.305.033</u>
Total do ativo circulante	597.493	406.682
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes, líquido	16.711	15.466
Ativo financeiro	39.995	31.725
Depósitos judiciais	87.721	77.361
Investimentos	304	304
Títulos e valores mobiliários	44.357	23.372
Ativo fiscal diferido	<u>36.777</u>	<u>38.583</u>
Ativo total, conforme balanço patrimonial	<u><u>3.226.453</u></u>	<u><u>2.898.526</u></u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Superintendência: Água

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
Metropolitana	258.322	235.964
Sul/Serra	122.685	110.930
Oeste	165.283	146.672
Norte/Vale	137.844	123.387
Total	684.134	616.953

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
Metropolitana	108.495	94.715
Sul/Serra	19.674	14.442
Oeste	17.919	15.575
Norte/Vale	1.586	-
Total	147.674	124.732

Receita Operacional por Município: Água

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
Florianópolis	152.187	138.283
Chapecó	38.148	34.022
Criciúma	48.481	44.497
Rio do Sul	16.915	15.330
São José	61.875	55.856
Outros	366.528	328.965
Total	684.134	616.953

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Município: Esgoto

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
Florianópolis	88.839	75.876
Chapecó	15.037	13.057
Criciúma	13.588	11.499
Rio do Sul	-	-
São José	19.465	17.177
Outros	10.745	7.123
Total	147.674	124.732

Resumo dos custos e despesas

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
Despesas		
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	332.742	303.656
Vendas	69.036	63.656
Gerais e Administrativas	193.592	188.297
Total	595.370	555.609

Resumo das receitas

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
Receitas		
Água	684.134	616.989
Esgoto	147.674	124.696
Total	831.808	741.685

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Bens numerários	10	1
Bancos conta movimento	2.550	901
Bancos conta arrecadação	2.833	1.951
Bancos conta vinculada	34	42
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>5.427</u>	<u>2.895</u>

8 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 30 de setembro de 2017, o montante de R\$274.843 (R\$114.172 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI - Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$274.843 em 30 de setembro de 2017, R\$195.389 refere-se a aplicação dos Recursos destinados especificamente à obras de expansão da Companhia, devendo ser aplicado somente para esse fim, o restante, R\$ 79.454, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Circulante		
Consumidores finais	167.959	152.644
Entidades públicas	24.050	25.648
Consumo a faturar	49.689	48.514
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	<u>(46.381)</u>	<u>(39.975)</u>
Total Circulante	<u>195.317</u>	<u>186.831</u>
Não circulante		
Consumidores finais	6.155	5.936
Entidades públicas	10.556	9.530
Créditos reconhecidos como perdas	153.218	140.633
(-) Perdas reconhecidas	<u>(153.218)</u>	<u>(140.633)</u>
Total Não circulante	<u>16.711</u>	<u>15.466</u>
Total Contas a Receber de Clientes	<u>212.028</u>	<u>202.297</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de setembro de 2017, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

<u>Categoria</u>	<u>A vencer</u>	<u>< 90 dias</u>	<u>>90 dias e < 180 dias</u>	<u>>180 dias e < 720 dias</u>	<u>> 720 dias</u>	<u>Total</u>
Comercial	14.970	3.828	1.475	4.526	16.389	41.188
Industrial	2.551	509	87	1.044	3.595	7.786
Pública	20.707	1.817	1.744	9.200	66.748	100.216
Residencial	78.028	29.607	7.017	31.611	66.486	212.749
Consumo a faturar	<u>49.688</u>					<u>49.688</u>
	<u>165.944</u>	<u>35.761</u>	<u>10.323</u>	<u>46.381</u>	<u>153.218</u>	<u>411.627</u>
PCLD				<u>(46.381)</u>	<u>(153.218)</u>	<u>(199.599)</u>
Total Contas a Receber	<u>165.944</u>	<u>35.761</u>	<u>10.323</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>212.028</u>

- a) O Conselho de Administração no uso de suas atribuições estatutárias instituiu revisão tarifária conforme resolução nº084 de 14 de julho de 2017 da ARESC - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina, deliberação nº 020, de 20 de julho de 2017 da ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento e Parecer Administrativo nº 017/2017 da AGIR -Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí, referente aos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, nas categorias contempladas na estrutura (residencial, comercial, industrial, pública e especial), com reajuste de 6,08% de forma linear em todas as faixas, sobre os consumos faturados a partir de 21 de agosto de 2017.
- b) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

10 ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Materiais em almoxarifado	41.151	43.055
Materiais em poder de terceiros	55	55
Materiais em Trânsito	-	-
Outros	44	34
Total Estoques	41.250	43.144

11 OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Adiantamentos a fornecedores	2.849	3.136
Convênios com prefeituras	7.259	7.260
Adiantamentos a empregados	8.679	2.152
Cauções	245	245
Pagamentos reembolsáveis	1.259	1.218
Impostos a recuperar	95.927	60.018
Outros créditos	982	983
Total	117.200	75.012

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parcerização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

12 ATIVO FINANCEIRO

Até 30 de setembro de 2017 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Saldo Contábil antes dos ajustes</u>	<u>12,5% a.a.</u>	<u>Nº anos restantes</u>	<u>Ajustes em 2011 a 2016</u>	<u>Saldo Contábil em 30/09/2017</u>
Balneário Gaivotas	967	121	2	726	242
Campo Alegre	573	72	2	429	143
Canelinha	853	107	2	640	213
Capivari de Baixo	120	15	2	90	30
Corupá	639	80	2	479	160
Garuva	508	63	3	318	191
Gravatal	8.267	1.033	6	2.067	6.200
Imbituba	24.817	3.096	5	9.288	15.529
Massaranduba	751	94	2	563	188
Meleiro	241	30	2	181	60
Penha	6.337	792	3	3.960	2.376
Praia Grande	983	123	4	491	491
Presidente Getúlio	1.119	140	2	839	280
São Francisco do Sul	6.423	803	4	3.212	3.212
São Jose do Cedro	3.585	448	5	1.344	2.241
Três Barras	675	84	2	506	169
Bombinhas	6.800	-	8	-	6.800
Ilhota	1.470	-	8	-	1.470
Total	65.128	7.101		25.133	39.995

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Saldos em 30 de Setembro de 2017	Prefeitura municipal de:	Saldos em 30 de Setembro de 2017
Tubarão	17.000	Camboriú	7.000
Balneário Gaivota	2.420	Navegantes	6.000
Campo Alegre	1.879	Içara	15.000
Canelinha	4.094	Balneário Camboriú	40.000
Capivari de Baixo	955	Schroeder	2.000
Corupá	3.982	Sombrio	2.594
Fraiburgo	2.200	São Francisco do Sul	7.047
Guaramirim	6.535	Barra Velha	6.000
Itapoá	3.469	Itajaí	30.000
Imbituba	25.037	Joinville	135.000
Massaranduba	2.486	Papanduva	800
Meleiro	571	Três Barras	2.281
Palhoça	10.000	Timbó	5.000
Penha	8.896	Itapema	4.000
Praia Grande	1.078	São José do Cedro	3.584
Presidente Getúlio	4.536	Lages	110.000
Porto Belo	19.852	Garuva	475
João Batista	1.900	Gravatal	8.308
Bombinhas	7.100		
Total de Indenizações			<u>509.079</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

13 ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 30 de setembro de 2017 e 31 dezembro de 2016 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	30 de	31 de
				Setembro de 2017	Dezembro de 2016
				Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46.381	11.595	4.174	15.769	13.591
Provisão para contingências fiscais	128	32	12	44	44
Provisão para contingências cíveis	41.115	10.279	3.700	13.979	14.907
Provisão para contingências trabalhistas	20.545	5.136	1.849	6.985	10.041
	<u>108.169</u>	<u>27.042</u>	<u>9.735</u>	<u>36.777</u>	<u>38.583</u>
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				<u>36.777</u>	<u>38.583</u>

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 30 de setembro de 2017 e dezembro de 2016 são as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Provisão p/devedores duvidosos	Total
Em 01 de janeiro de 2016	16.431	13.680	30.111
Creditado à demonstração do resultado	<u>8.561</u>	<u>(89)</u>	<u>8.472</u>
Em 31 de dezembro de 2016	24.992	13.591	38.583
Creditado à demonstração do resultado	<u>(3.984)</u>	<u>2.178</u>	<u>(1.806)</u>
Em 30 de setembro de 2017	<u>21.008</u>	<u>15.769</u>	<u>36.777</u>

14 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 30 de setembro de 2017 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

a) Intangível por segmento:

	31 de Dezembro de 2016 Líquido	Depreciação/ Amortização	Baixas/ Municipa- lizações e Ajustes	Aquisições/ Transf.	30 de Setembro de 2017 Líquido
Sistema de Água					
Produção/Distribuição	812.652	(24.451)	(3.690)	40.863	825.374
Sistema de Esgoto					
Redes/Tratamento	622.753	(24.899)	(4.671)	22.557	615.740
Software	19.911	-		(19.911)	-
Total	1.455.316	(49.350)	(8.361)	43.509	1.441.114

b) Obras em andamento e Ativos Administrativos

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em andamento e Ativos Administrativos

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Água		
Produção	147.080	154.922
Distribuição	41.133	44.377
Projetos e obras de operação Imediata	6.947	13.127
Total Água	195.160	212.426
Esgoto		
Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	600.712	501.997
Projetos e obras de operação Imediata	645	422
Total Esgoto	601.357	502.419
Projetos e obras administrativas	92.349	81.868
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	14.400	17.088
Ativos Administrativos		
Saldo inicial 01 de janeiro	35.916	35.697
Depreciação e amortização	(8.289)	(2.895)
Baixas, municipalizações e ajustes	(238)	(1.401)
Aquisições e transferências	31.326	4.515
Total Ativos Administrativos	58.715	35.916
Total Obras em Andamento e Ativos Administrativos	961.981	849.717

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Ativos reavaliados	725.236	742.199
Tributos sobre a reavaliação	(184.015)	(188.319)
Saldo da reavaliação	<u>541.221</u>	<u>553.880</u>

c) Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

Município	30 de Setembro de 2017		31 de Dezembro de 2016	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Caçador	15.943	5.274	10.669	10.995
Concórdia	21.761	6.732	15.029	13.902
Chapecó	198.565	54.461	144.104	139.122
Criciúma	206.606	55.940	150.666	148.731
Sistema Integrado Criciúma	81.801	32.550	49.251	49.940
Curitibanos	16.372	6.854	9.518	9.801
Florianópolis	849.385	317.190	532.195	570.087
Sistema Integrado Florianópolis	111.570	40.909	70.661	40.936
Laguna	20.255	6.386	13.869	12.610
Rio do Sul	16.942	7.260	9.682	10.125
Sistema Integrado Rio do Sul	7.279	2.258	5.021	5.388
Santo Amaro da Imperatriz	17.560	5.775	11.785	11.087
São Joaquim	60.044	10.297	49.747	49.494
São José	65.413	25.411	40.002	40.269
São José - Colonia Santana	683	234	449	451
São Miguel do Oeste	16.657	3.417	13.240	13.478
Sistema Integrado São Miguel do Oeste	9.033	3.206	5.827	6.069
Siderópolis	14.906	3.257	11.649	11.971
Outros	447.366	149.616	297.750	310.860
	<u>2.178.141</u>	<u>737.027</u>	<u>1.441.114</u>	<u>1.455.316</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro.

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	30 de Setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016	
<u>Operações no exterior:</u>					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	37.339	8.523	336.050	163.397	7,22% a.a. + var.cambial
Japan International Cooperation Agency - JICA	3.629	1.347	74.185	65.292	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	40.968	9.870	410.235	228.689	
<u>Operações no país:</u>					
Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras	6.150	1.251	155.559	142.273	9,87% + TR
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	37.057	17.545	207.142	235.119	IPCA+09%a.a.
Debêntures	84.648	12.437	218.919	291.892	Ver nota explicativa
Total Operações no país	127.855	31.233	581.620	669.284	
Total Empréstimos e Financiamentos	168.823	41.103	991.855	897.973	

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

- a) Em 30 de setembro de 2017 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2016).
- b) Em 30 de setembro de 2017 os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e têm seus vencimentos até 2036.
- c) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem o seguinte escalonamento:

Ano:	30 de Setembro de 2017
2017	43.190
2018	178.744
2019	178.552
2020	178.922
Após 2020	581.270
	1.160.678

Japan International Cooperation Agency - JICA

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 30 de junho de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. Estima-se que o investimento ficará em torno de R\$383.594, sendo R\$273.055 financiados pelo Banco JICA e R\$110.539 como contrapartida da CASAN. Até 30 de setembro de 2017 a Companhia recebeu o montante de R\$74.185. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil e os juros incidentes são de 1,20% a.a.

Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD,

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a /Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico para treze municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. Com contrapartida de R\$17.066, o empréstimo possui juros no valor do Euribor semestral + spread a ser definido na data dos desembolsos. Com relação aos prazos da operação ficaram estabelecidos 05 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a *covenants* e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina. Até 30 de setembro de 2017 a Companhia recebeu o montante R\$336.050 equivalente a €25.000.

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

<u>Ano dos contratos:</u>	<u>Vencimentos finais</u>	<u>30 de Setembro de 2017</u>	<u>31 de Dezembro de 2016</u>
2010	2032	20.985	21.273
2012	2018 a 2036	140.724	122.251
Total		161.709	143.524

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Em 05 de junho de 2014 a Companhia realizou quitação de financiamentos junto a Caixa Econômica Federal para obras de saneamento básico, com vencimentos entre 2014 e 2020, com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

Em 10 de maio de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou à constituição de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) no valor de até R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), lastreados com recebíveis da CASAN, com o intuito de garantir o fluxo financeiro necessário a realização de obras de saneamento.

A estruturação e distribuição da operação foram coordenadas pela empresa Planner Trustee DTVM Ltda, em conjunto os seguintes participantes: Administrador/Gestor do Fundo: Caixa Econômica Federal; Gestor: Caixa Econômica Federal; Custodiante: Banco do Brasil S.A.; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes; Agência de Classificação de Risco: Fitch Ratings do Brasil Ltda. (Rating Obtido: Br A); Assessoria Jurídica: Souza, Cescon, Barriau & Flesch Advogados; Agente Centralizador: Caixa Econômica Federal; Análise da Carteira e Verificador das Condições de Cessão: KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda; EDI (dados): OpenText Corporação (GXS); e Distribuição: Planner Trustee DTVM Ltda e Caixa Econômica Federal.

Em 29 de maio de 2014 foi iniciada as atividade do FIDC CASAN Saneamento, obtendo como resultado a colocação junto ao mercado de capitais de 216.500 cotas sêniores totalizado a capitalização de R\$216.500 (duzentos e dezesseis milhões e quinhentos mil reais). Também foram capitalizadas pela CASAN 6.495 cotas subordinadas, totalizando R\$6.495 (seis milhões quatrocentos e noventa e cinco mil reais), equivalente ao percentual de 3% sobre o valor das cotas sêniores integralizadas.

A operação autorizada possui as seguintes características:

- Operação: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, nos termos da instrução CVM nº 356/2001 (“FIDC”);
- Emissor: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;
- Principal: de até R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais);

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

- Regime de Colocação: Oferta pública de colocação nos termos da Instrução CVM n° 476/2001 sob regime de melhores esforços;
- Data de Vencimento: 120 meses a partir da Data de Emissão (10 anos);
- Atualização do Principal: O Principal será atualizado monetariamente pelo índice de inflação medido pelo IPCA/IBGE;
- Remuneração: 9,0% a.a.;
- Carência do Principal: 36 meses (3 anos);
- Amortização do Principal: 1,1905% do Principal por mês do 37° ao 120° mês;
- Periodicidade dos Juros: Juros remuneratórios mais IPCA pagos mensalmente desde a data de emissão sobre o saldo do Principal;
- Cotas Subordinadas: 3% da Operação (adquiridas pela CASAN);
- Garantia: recebíveis arrecadados correspondentes a 2,5 vezes o valor da próxima PMT;
- Índice de Cobertura da Dívida: Devem passar pela conta centralizadora pelo menos 5 vezes o valor da próxima PMT;
- Covenant Financeiro: (Dívida Líquida / EBITDA) inferior ao índice de 4,5.

Debêntures

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração da companhia aprovou a primeira emissão de 30.000 mil (trinta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

As debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, que foi em 09 de dezembro de 2015 vencendo-se, portanto em 09 de dezembro de 2020, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

As Debêntures foram emitidas em quatro séries conforme abaixo:

- 1ª série: 8.333 mil debêntures;
- 2ª série: 16.665 mil debêntures;
- 3ª série: 1.667 mil debêntures e
- 4ª série: 3.335 mil debêntures.

A amortização do valor nominal unitário das debentures será em parcelas mensais e consecutivas, correspondente a 2,7027%, a partir do 24° (vigésimo quarto) mês a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 09 de dezembro de 2017, e a última parcela correspondente ao saldo remanescente do valor nominal das debentures devida na data de vencimento (cada uma, uma “Data de Amortização”), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das debêntures.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

A Remuneração das Debêntures da primeira e terceira série contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas diárias da Taxa de Juros Longo Prazo “TJLP”, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, acrescida de 11,95% a.a. (“Spread da primeira e terceira série). A segunda e quarta série incidirá juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 3,50% a.a.

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador; e provisão de férias.

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
<u>Circulante:</u>		
Obrigações de férias e 13º salário com encargos	44.639	27.956
INSS	5.686	5.426
FGTS	1.588	1.954
IR s/folha de pagamento	1.809	3.307
Plano de saúde e previdência	1.035	1.618
Consignações	2.489	2.921
Participação em resultados	3.150	3.150
Vale alimentação	-	23
Indenizações trabalhistas	8.400	-
Outros	796	839
Total Circulante	69.592	47.194

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresenta os seguintes valores:

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
<u>Circulante:</u>		
. REFIS	13.878	12.796
. COFINS	6.861	6.297
. PIS/PASEP	1.422	1.302
. Imposto de Renda - retenções	103	214
. Imposto de Renda sobre lucro real	45.056	19.493
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	354	650
. INSS de terceiros	560	946
. Contribuição social sobre lucro real	18.345	8.797
. Outros	392	778
	<hr/>	<hr/>
Total circulante	86.971	51.273
<u>Não circulante:</u>		
. REFIS	44.285	51.074
Total não circulante	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa selic *overnight* acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>	<u>Amortização com créditos fiscais</u>
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	47.244	32.789	80.033

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>30 de Setembro de 2017</u>	<u>31 de Dezembro de 2016</u>	<u>30 de Setembro de 2017</u>	<u>31 de Dezembro de 2016</u>
Saldo anterior	12.796	11.446	51.074	53.724
Transferências	11.032	10.706	(11.032)	(10.706)
Consolidação	-			
Atualizações (TJLP)			4.243	8.056
Amortizações	(9.950)	(9.356)		
	<u>13.878</u>	<u>12.796</u>	<u>44.285</u>	<u>51.074</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$184.015 em 30 de setembro de 2017 (R\$188.319 em 31 de dezembro de 2016), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Provisão para contingências fiscais	128	128
Provisão para contingências cíveis	41.115	43.844
Provisão para contingências trabalhistas	20.545	29.533
	<u>61.788</u>	<u>73.505</u>
Depósitos judiciais	<u>(87.721)</u>	<u>(77.361)</u>
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	<u>(25.933)</u>	<u>(3.856)</u>

Em 30 de setembro de 2017 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$107.942 (R\$92.301 em 31 de dezembro de 2016).

a) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$41.115 em 30 de setembro de 2017 (R\$43.844 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

b) Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 30 de setembro de 2017 (idem em 31 de dezembro de 2016).

c) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$20.545 em 30 de setembro de 2017 (R\$29.533 em 31 de dezembro de 2016) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOSBenefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Plano CASANPREV

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV, o montante de R\$18.574 (R\$4.137 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia contratou a empresa Mirador assessoria Atuarial Ltda, para calcular o passivo atuarial a ser atualizado em 31 de março de 2017, onde foi apresentado o valor de R\$18.574 ocasionando um registro de R\$14.436 em 31 de março de 2017.

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

• Contribuição da patrocinadora

Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

- **Contribuição dos participantes:**

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6% (quatro vírgula seis por cento), aplicado sobre o Salário de Contribuição, conforme mencionado abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI

Descrição	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
<u>Circulante:</u>		
PDVI com indenização única	1.208	1.215
PDVI com indenização mensal	5.079	7.536
Total Circulante	6.287	8.751
<u>Não circulante:</u>		
PDVI com indenização mensal	2.355	6.008
Total Não Circulante	2.355	6.008
Total PDVI	<u>8.642</u>	<u>14.759</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

O programa de demissão incentivada é composto por dois subprogramas nos termos e condições a seguir:

a) Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:

Visa os empregados com idade entre 50 e 58 anos (incompletos) na data da adesão, que possuem mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, e que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se a pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

b) Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Visa os empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, a Companhia paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

Sobre o programa

	30 de Setembro de 2017		31 de Dezembro de 2016	
Inscritos	813		813	
Processo em tramitação	0		0	
Rescisões para datas futuras	0		0	
Demissões com PDVI	538		538	
Demissões sem PDVI	59		59	
Indeferimento de pedidos	55		55	
Desistência do empregado	161		161	
Número de empregados	2.645		2.622	
Público-alvo PDVI (= < 50 anos)	1.072	41%	1.018	39%

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

Novo Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI.

O cronograma de desligamento planejado com aprovação da Diretoria Executiva iniciará em novembro de 2017 com término em outubro de 2018.

Será dada preferência nos primeiros meses, aos desligamentos de cargos administrativos, levando em consideração a idade e a remuneração, aos empregados aposentados pelo RGPS e os ocupantes de cargos em extinção.

As indenizações serão pagas em até 96 (noventa e seis) parcelas para os empregados com idade até 67 (sessenta e sete) anos; 84 (oitenta e quatro) parcelas com idade de 68 (sessenta e oito) anos; 72 (setenta e duas) parcelas com idade de 69 (sessenta e nove) anos; e 60 (sessenta) parcelas para os empregados com idade acima de 70 (setenta) anos.

21 PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e com mais dois de seus acionistas, a CELESC e a CODESC.

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, a seus acionistas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, como segue:

Conta a receber de clientes

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
<u>Circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	7.707	7.894
CODESC	106	106
Total de contas a receber dos acionistas	<u>7.813</u>	<u>8.000</u>

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

Contas a pagar a fornecedores

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
<u>Circulante :</u>		
CELESC	8.427	7.293
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	<u>11.791</u>	<u>10.657</u>

Empréstimos a pagar a acionista

	30 de Setembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
<u>Circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	12.568	19.805
<u>Não circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	61.053	62.613
Total empréstimos a pagar para acionistas	<u>73.621</u>	<u>82.418</u>

Resultado das operações com acionistas

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
Receita bruta de serviços prestados	17.915	13.353
Custos e despesas	(69.158)	(70.749)
Juros de empréstimo com acionista	(5.450)	(6.259)
Resultado	<u>(56.693)</u>	<u>(63.655)</u>

a. Empréstimos a pagar para acionista:

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 30 de setembro de 2017, nos montantes de R\$12.568 e R\$61.053, contabilizados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, respectivamente, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à interveniência do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

22 RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.853 em 30 de setembro de 2017 (idem em 31 de dezembro de 2016) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital Social**

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2017 está representado por 715.094.432 ações (idem em 31 de dezembro de 2016). São 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2016) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

<u>Discriminação do capital subscrito:</u>	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>30 de setembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC	55.358.800	55.357.200
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-
Pessoas Físicas	8.054	7.801
Total de ações	<u>357.547.216</u>	<u>357.547.216</u>

b. Lucros/Prejuízos Acumulados

Em agosto de 2017 foi registrado na conta lucros acumulados o valor de R\$5.392 referente Precatório da União da Fazenda do Estado, processo 5018822-07.2016.4.04.9388 relativo devolução de valores pagos a maior de contribuições sobre contas de cooperativas.

24 RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 30 de setembro de 2017 e 2016 estão apresentadas abaixo:

	<u>30 de Setembro de 2017</u>	<u>30 de Setembro de 2016</u>
Tarifas de água	668.093	598.001
Tarifas de esgoto	147.640	124.695
Outras receitas de serviços de água	16.041	18.953
Outras receitas de serviços de esgoto	34	36
Total do faturamento	831.808	741.685
Impostos sobre vendas e outras deduções	<u>(77.899)</u>	<u>(69.166)</u>
Total receita líquida	<u>753.909</u>	<u>672.519</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

25 DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
Salários e encargos	271.416	235.893
Materiais	39.110	37.497
Serviços de terceiros	156.117	162.470
Gerais e tributárias	32.919	26.855
Depreciações e amortizações	54.951	51.313
Perdas na realização dos créditos e Provisão para devedores duvidosos	19.000	13.742
Recomposição de pavimentação	21.293	12.739
Fundos para programas municipais	564	15.100
Total	595.370	555.609

26 DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
Salários	114.303	109.760
Custos previdenciários	64.767	42.803
FGTS	12.328	11.978
Programa de alimentação	20.281	18.998
Programa de saúde	14.526	9.595
Outros benefícios	45.211	52.997
Total	271.416	246.131
 Número de empregados	 2.645	 2.607

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

27 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A variação verificada no resultado financeiro de 30 de setembro de 2017, em relação a igual período de 2016, é assim apresentada:

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
<u>Receitas financeiras:</u>		
Descontos obtidos	968	254
Juros ativos	947	4.733
Rendimento de aplicações financeiras	19.020	8.062
Variações monetárias e cambiais	-	2.664
Outras	125	211
Total Receitas Financeiras	21.060	15.924
<u>Despesas financeiras:</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(73.339)	(112.193)
Variações monetárias e cambiais	(628)	(694)
Correção Monetária Atraso Pgto	(2.888)	-
Outras	(248)	(27)
Total Despesas Financeiras	(77.103)	(112.914)
Resultado Financeiro Líquido	<u>(56.043)</u>	<u>(96.990)</u>

28 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 30 de setembro de 2017, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 19 e 20, respectivamente.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM MILHARES DE REAIS

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
<u>Outras receitas operacionais:</u>		
. Pessoal à disposição	3.009	2.752
. Indenizações e ressarcimento de despesas	180	907
. Comissão prestação de serviços/convênios	400	20
. Ressarcimento folha de pagamento	708	1.026
. Recuperação do plano auxílio desemprego	-	34.395
. Vendas de bens do imobilizado	140	469
. Reembolso mensalidade Unimed	1.131	1.080
. Outras	347	83
Total Outras Receitas Operacionais	5.915	40.732
<u>Outras despesas operacionais:</u>		
. Baixa de imobilizado	(324)	(14)
. Fiscais e tributárias	(4.242)	(5.492)
. Causas cíveis	2.561	(12.918)
. Causas trabalhistas	(904)	(11.997)
Total Outras Despesas Operacionais	(2.909)	(30.421)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	3.006	10.311

29 SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$11.330. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Casan possui contratos de seguros automotivos para um veículo de uso da presidência e dois caminhões utilizados na operação, cuja cobertura monta R\$1.090. Além disso, a Companhia possui 436 veículos alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

As projeções empresariais apresentadas foram feitas de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos.

No exercício de 2016, foram aplicados R\$240,1 milhões, em obras de abastecimento de água, de esgoto sanitário, em desenvolvimento institucional, na aquisição de máquinas e equipamentos e na execução de projetos e consultorias.

- No terceiro trimestre de 2017, foram aplicados R\$164,3 dos R\$297,8 milhões previstos para todo exercício, considerando as obras de saneamento a serem iniciadas com recursos a serem obtidos pelos programas CEF, AFD, JICA, BNDES, IFC, OGU e recursos próprios.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

Nesta

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Florianópolis (SC), 9 de novembro de 2017.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/SC 618/0-2 CVM nº 368-9

Lourival Pereira Amorim Guilherme Luís Silva

Contador CRC/SC 9.914/O-3 Contador CRC/SC 19.408/